



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2023

Denomina via pública no bairro Gameleira na forma que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, por seus representantes legais, **DECRETA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica denominada de **RUA BELO HORIZONTE** a via pública que se inicia na Rua Pompílio de Almeida no sentido **SUL/NORTE** em toda sua extensão no bairro Gameleira, Distrito de Queimadas, neste município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE (CE), aos 29 dias do mês de junho de 2023.


ANTÔNIO CARLOS GOMES
Vereador

RECEBIDO EM:
28/07/2023
CÂMARA MUN. DE HORIZONTE!



JUSTIFICATIVA

AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2023

Justifica-se a presente propositura que visa assegurar os direitos de cidadania aos proprietário e moradores da localidade, na forma da Lei.

Vale ressaltar que essa rua já é conhecida por essa denominação desde o seu início, sendo, portanto, o endereço já utilizado pelos moradores locais.

Portanto, apresento o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe e rogo aos meus dignos pares, pela aprovação do mesmo.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE (CE) aos 29 dias do mês de junho de 2023.


ANTONIO CARLOS GOMES

Vereador



FAIXA DE DOMÍNIO BR 116

REMASNESCENTE

RUA BELO HORIZONTE

RUA ANTÔNIO WILSON PINHEIRO

RUA POMPÍLIO PAULINO DE ALMEIDA



ESCALA:
1: 2.000

DATA:
22/06/23

MEMORIAL DESCRITIVO

RUA BELO HORIZONTE – GAMELEIRA (RUA PARA NOMEAÇÃO OFICIAL)

RUA BELO HORIZONTE, VIA QUE SE INICIA NA RUA POMPILIO PAULINO DE ALMEIDA, EM TODA A SUA EXTENSÃO, NO SENTIDO SUL/NORTE, NO BAIRRO GAMELEIRA.



Avenida D. Luís, 300, salas 1008/1009
Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.160-230
Avenida Shopping e Office
E-Mail: antoniojosemaiaadv@gmail.com

**PARECER Nº /2023 AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009 DE
2023**

*Administrativo. Denominação de logradouros públicos.
Projeto de Decreto Legislativo. Iniciativa parlamentar.
Admissibilidade. Inteligência do art. 33, inciso XVI da Lei
Orgânica.*

RELATÓRIO

Trata o presente parecer acerca do projeto de Decreto Legislativo 009/2023, da lavra de Sua Excelência o vereador Carlos Gomes, da Câmara de Vereadores de Horizonte, o qual “*Denomina via pública no bairro Gameleira na forma que indica e dá outras providências.*”

A propositura traz em seu bojo a proposta de denominar de Rua Belo Horizonte via pública que se inicia na Rua Pompílio de Almeida no sentido SUL/NORTE no bairro Gameleira.

MÉRITO

Conforme previsão da Lei Orgânica do Município¹, compete privativamente à Câmara Municipal denominar bairros, praças, vias e logradouros públicos, bem como sua modificação. Além das disposições da LOM, deve-se atentar aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública (CF, art. 37, caput), em especial os da impessoalidade e moralidade. O ato de denominar um logradouro é um gesto de reconhecimento público pelas qualidades ou feitos notáveis do homenageado por parte da municipalidade. Não há regra que vincule a homenagem a uma figura de importância para o ramo, muito embora seja concretamente mais adequado homenagear alguém da própria região.

Feito o necessário esclarecimento acima, cumpre rememorar que a nomeação de ruas e demais bens públicos no âmbito do Município de Horizonte é feita por lei de iniciativa do Legislativo, via decreto legislativo.



Avenida D. Luís, 300, salas 1008/1009
Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.160-230
Avenida Shopping e Office
E-Mail: antoniojosemaiaadv@gmail.com

É fora de dúvida que a denominação de logradouros públicos municipais se trata de matéria de interesse local (CF, art. 30, I), dispondo, assim, os Municípios de ampla competência para regulamentá-la, pois foram dotados de autonomia administrativa e legislativa. E, vale acrescentar, não há na Constituição em vigor reserva dessa matéria em favor de qualquer dos Poderes, donde se conclui que a iniciativa das leis que dela se ocupem só pode ser geral ou concorrente. No exercício de sua função normativa, a Câmara está habilitada a editar normas gerais, abstratas e coativas para a denominação das vias e logradouros públicos.

A nomenclatura de logradouros públicos, que constitui elemento de sinalização urbana, tem por finalidade precípua a orientação da população (Cf. JOSÉ AFONSO DA SILVA, "Direito Urbanístico Brasileiro", Malheiros, São Paulo, 2.^a ed., p. 285). Aliás, de fato, se não houvesse a identificação e a localização dos logradouros públicos, deslocar-se nos centros urbanos seria tarefa quase impossível.

Quanto à técnica legislativa adotada, está em conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, na forma determinada pelo parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal, não merecendo, pois, quaisquer reparos.

Portanto, não verifico nenhum vício de inconstitucionalidade e entendo que o presente projeto de lei atende os dispositivos normativos que regulamentam esse tipo de matéria, sendo assim o projeto de lei está em condições de ser votado pelos nobres edis. Assim, opinamos pelo prosseguimento da matéria e seu regular trâmite legislativo. É o parecer, s.m.j.

MAIA & ROCHA ADVOGADOS ASSOCIADOS

¹ Art. 33, inc. XVI da LOM



CÂMARA MUNICIPAL DE
HORIZONTE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

| | | |
|---|---|------------------------------|
| PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2023 | Denomina via pública no bairro Gameleira na forma que indica e dá outras providências. | PODER LEGISLATIVO |
|---|---|------------------------------|

PARECER nº 040/2023

RELATÓRIO:

O Projeto de Decreto Legislativo em destaque de iniciativa do Poder Legislativo que “*Denomina via pública no bairro Gameleira na forma que indica e dá outras providências*”, onde o mesmo foi encaminhado a esta Comissão e cumprindo os trâmites legais, para análise e a emissão do parecer.

PARECER:

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de redação técnica conforme o Regimento Interno:

“Art. 55, § 1: Excetuada as hipóteses de Comissão Especial, a proposição será distribuída: a) obrigatoriamente para a Comissão de Constituição e Justiça, para o exame de admissibilidade constitucional e jurídica.

Analisando minuciosamente o Projeto de Decreto Legislativo em tela, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e não havendo qualquer óbice quanto ao aspecto jurídico legal.

VOTO DA COMISSÃO:

Assim, essa Comissão, entende pela CONSTITUCIONALIDADE E PLENA LEGALIDADE do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2023**, do Poder Legislativo, opinando pelo regular prosseguimento do processo legislativo referente ao mesmo.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, aos 07 dias do mês de agosto de 2023.

Presidente: RHENAN CAVALCANTE ASSUNÇÃO – PSB;

Vice-Presidente: ANTONIO CARLOS GOMES – PDT;

Membro: ERISVALDO DE SOUSA NASCIMENTO – SD